

### 3. A não isomorfia nas relações lexicais entre línguas distintas

Sendo o nosso objetivo testar a hipótese de que a explicitação do caráter não isomórfico das relações de sentido entre o português e o inglês pode nos fornecer instrumentos úteis para lidar com a incidência de problemas de emprego lexical em redações de aprendizes de inglês como língua estrangeira, dedicaremos este capítulo a dois objetivos: (a) explicitar o que entendemos por *relações de sentido* tais como postuladas especialmente por Cruse (1986) e Lyons (1990); e (b) caracterizar situações de não-isomorfia associáveis a cada um dos tipos de relação de sentido consideradas.

#### 3.1 Sobre as relações de sentido

As relações de sentido têm sido um objeto de estudo central para a Teoria Semântica, tendo sido recorrentemente também foco de interesse de filósofos que se debruçam sobre a linguagem (cf. Saeed, 2003, cap. 3). As relações de sentido têm fornecido vasto material de estudo não somente no que tange a uma determinada língua como também entre línguas distintas. No segundo caso, tais relações evidenciam o que para muitos é uma fonte de obstáculos, ou seja, o caráter não isomórfico dos sistemas conceituais de línguas distintas.

##### 3.1.1 O que são relações de sentido?

Conforme postulado por Cruse (1986, p. 1), “as propriedades semânticas de um item lexical refletem-se nas relações que este mantém com contextos reais e potenciais”- entendendo-se aqui contexto, em sentido estrito, como contexto lingüístico. Desta sorte, segundo o autor, o sentido das palavras é dado, em grande parte, pelas suas relações com os sentidos de outras palavras, o que traz à tona um paradoxo enfrentado por aqueles que defendem, assim como o próprio autor, a abordagem contextual (cf. Cruse 1986: cap. 1): como falar em relações entre os sentidos dos itens lexicais quando estes sentidos são, eles mesmos, caracterizados por tais relações? Assim, quando falamos em relações de sentido entre os itens lexicais não estamos defendendo o sentido como sendo um pacote conceptual imanente à palavra, mas estamos falando nos sentidos caracterizados, exatamente,

por tais relações (ainda que de forma parcial, conforme veremos mais adiante). No entanto, se uma abordagem contextual mais flexível e menos ambiciosa for adotada, o mesmo paradoxo se mostra menos problemático. A respeito disto nos diz Cruse, em atitude que será adotada neste trabalho:

O paradoxo não se apresenta de forma tão aguçada se a versão mais fraca da abordagem contextual for adotada, a qual revela meramente que o sentido de um item lexical se revela através de suas relações contextuais, sem comprometimento com aquilo que o sentido realmente seja.

Cruse (1986:84)

Segundo Cruse, as relações de sentido podem ser de dois tipos: paradigmáticas ou sintagmáticas. O autor define tais relações da seguinte forma:

As relações de sentido são de dois tipos fundamentais: paradigmática e sintagmática [...]. Cada uma das duas relações de sentido possui a sua significância distinta. Relações paradigmáticas, em grande parte, refletem a forma na qual a realidade experimentada, a qual se dá de forma infinita e variada, é apreendida e controlada por meio da categorização, subcategorização e gradação ao longo das dimensões específicas de variação. Elas representam os sistemas de escolhas com os quais o falante se depara quando codifica a sua mensagem. Os aspectos sintagmáticos do significado lexical, por outro lado, servem à coesão do discurso, adicionando informação necessária à mensagem, ao mesmo tempo controlando a contribuição semântica de elementos individuais da enunciação através da desambigüidade, por exemplo, ou pela sinalização de estratégias alternativas –e.g. figuração- de interpretação.

CRUSE (1986: 86)

O trabalho de Cruse (1986) é voltado, sobretudo para as relações paradigmáticas – oposição, hipo-nímia, sinonímia, etc. – muito embora dedique também um capítulo às relações sintagmáticas (cap. 2), como por exemplo, restrições colocacionais.

As relações sintagmáticas e paradigmáticas podem ser utilizadas para definir e caracterizar graus de inadequação. Segundo Cruse, quando uma relação sintagmática que origina uma certa estranheza, pode, por meio da substituição de itens lexicais presentes por itens ausentes paradigmaticamente relacionados, amenizar, ou dar cabo de tal dissonância, tal relação pode ser entendida como um caso de *relação de inadequação* a qual, por sua vez, pode ser entendida como uma relação onde há uma restrição colocacional por parte do termo seletor. Ilustra tal asserção feita por Cruse o seguinte exemplo:

A ‘aspidistra’ bateu as botas.

Cruse (1986:107)

Segundo o autor, se substituirmos *bater as botas* pelo sinônimo cognitivo *morrer* estaremos removendo a dissonância presente em tal frase, visto que ‘aspidistra’ é uma planta. Isto equivale a dizer, segundo ele, que este é um caso de restrição colocacional do termo seletor (neste caso, aspidistra)<sup>5</sup>.

Se por um lado, os efeitos contextuais, vistos como resultado da incidência das adjacências lingüísticas paradigmáticas e sintagmáticas sobre o significado lexical, parecem exercer uma influência decisiva nas relações de sentido, por outro é importante reconhecer ainda um outro plano em que se pode falar em determinação contextual.

Trata-se, naturalmente, do *contexto* entendido como *situação de discurso* (Cf. Ducrot, 1972). A rigor, em uma abordagem radicalmente pragmática da significação, a *totalidade* do sentido é dada na situação de discurso, não havendo significado que seja imanente às palavras ou a um sistema fixo de relações. Conforme já discutido no capítulo dois deste trabalho, uma abordagem radicalmente pragmática exclui de fato a idéia de que os itens lexicais *possuem* um significado, o qual *mantém* por si só relações com os significados *possuídos* por outros itens lexicais. É coerente que reconheçamos aqui então que, em certo sentido, as relações entre as palavras que percebemos e somos capazes de descrever *não* constituem padrões fixos e imutáveis, derivados da significação intrínseca dos itens lexicais. Conforme já se explicitou, no entanto, acreditamos que isso não diminui o valor de tais descrições como instrumentos metalingüísticos – instrumentos sempre parciais, é verdade, mas ainda assim potencialmente iluminadores. Contanto que não percamos de vista a sua parcialidade, podemos utilizar tais instrumentos como explicações legítimas sobre os usos das palavras nas línguas humanas.

O reconhecimento de que a *situação de discurso* altera potencialmente nossa percepção das relações lexicais está presente, de resto, mesmo em abordagens menos radicalmente pragmáticas como as de Cruse (1986), Lyons (1990), Saeed (2003), e Pietroforte e Lopes (2003), para os quais, conforme explicitado anteriormente, a situação de discurso desempenha um papel

---

<sup>5</sup> Ver também Saeed (2003, p. 60)

fundamental nas relações entre os sentidos dos itens lexicais em questão. Assim, nos diz Saeed a respeito disto:

Os efeitos contextuais podem também mover os sentidos de uma palavra para outra direção, por meio da criatividade e mudança semântica .

Saeed (2003: 60)

Cruse, à semelhança de Saeed, admite também a importância da situação de discurso nas relações de sentido, reconhecendo, em sua abordagem contextual, que “os contextos relevantes podem incluir contextos situacionais extralingüísticos”(1986, p. 1).

Pietroforte e Lopes (2003) reconhecem, assim como os outros autores, a importância da situação de discurso nas relações de sentido e declaram, ao definirem termos sinônimos, o seguinte:

No discurso, o enunciador pode tornar sinônimas palavras ou expressões que em outro contexto não o são.

Pietroforte e Lopes (2003: 126)

Em vista do que se discutiu anteriormente, gostaríamos de ratificar que neste trabalho estaremos abordando as relações de sentido sobretudo do ponto de vista da sua dimensão paradigmática, mas sem deixar de incluir observações acerca do plano sintagmático, sobretudo no que tange às restrições colocacionais, as quais desempenham um papel fundamental em nossa pesquisa. Vamos nos concentrar em uma descrição dos contextos lingüísticos relevantes acrescentando, quando pertinente, observações no que diz respeito a fatores relacionados à situação de discurso.

No entanto, antes de considerar mais detalhadamente as diferentes relações de sentido, é necessário que abordemos duas questões centrais para este estudo. A primeira diz respeito à polêmica relativismo vs. universalismo lingüístico, pois até agora estivemos nos referindo às relações de sentido sem discutir o seu grau de universalidade, um ponto muito importante aqui por razões óbvias. A segunda diz respeito ao fato de que, como quer que nos posicionemos acerca das convergências e divergências conceituais entre as línguas, não podemos deixar de reconhecer que há entre elas convergências *formais*, resultantes dos seus eventuais parentescos históricos: é essencial, portanto, que a discussão sobre as relações de

sentido se faça preceder de algumas considerações acerca dos itens lexicais cognatos pertencentes às duas línguas aqui em jogo.

### 3.1.2 O fenômeno da não isomorfia entre línguas. Universalismo versus relativismo

Ao discutir a questão da universalidade dos significados, Wierzbicka (1992, p. 3) afirma que “a língua é uma ferramenta que usamos para expressarmos sentido”; afirma, ainda, que expressamos nossos sentimentos, nossas percepções e nossos pensamentos por meios da nossa língua. No entanto, a grande questão, segundo Wierzbicka (1992), reside no fato de que se expressamos sentido *por meio* da língua, isto equivaleria dizer que, de alguma forma tangível, poderíamos conceber a idéia de que as relações de sentido por si sós poderiam ser independentes da língua e, portanto, transferíveis de língua para língua. Tal problematização levantada por Wierzbicka faz vir à tona uma das grandes polêmicas que dividem os semanticistas, cujo questionamento central refletido na clássica dicotomia universalismo versus relativismo lingüístico, é o da associação ou não entre lingua(gem), pensamento e cultura. A título de ilustração, retomaremos, brevemente, alguns pressupostos levantados por alguns dos mais emblemáticos relativistas, tais como Sapir (1949), Whorf (1998) e Saussure (1916 [2003] ), em contrapartida com aqueles cujas premissas básicas apóiam-se em um universalismo lingüístico, tal como Pinker (1994).

A tese do relativismo lingüístico tem sido defendida por inúmeros estudiosos da língua, os quais sustentam uma não equivalência em termos semânticos entre as línguas. Defendem que pessoas pertencentes a comunidades distintas possuem diferentes formas de ver, entender e se referir à realidade. Sob esse ângulo, as relações de sentido pertencentes a determinada língua não possuiriam equivalentes em outras línguas. Saussure (1916 [2003], p. 27) já havia ratificado o caráter social e coletivo da língua. Segundo ele, “a língua existe na coletividade sob a forma de sinais depositados em cada cérebro, mais ou menos como um dicionário cujos exemplares, **todos idênticos**, fossem repartidos entre os indivíduos” (grifo nosso). Assim, segundo Saussure, os indivíduos de determinada comunidade estariam unidos por um determinado sistema lingüístico e todos reproduziriam aproximadamente “os mesmos signos, os quais seriam unidos aos

mesmos conceitos”. Semelhantemente, tais signos lingüísticos estabeleceriam valores por suas relações com outros signos compartilhados por essa mesma comunidade lingüística. Assim sendo, palavras que possuem equivalentes em outras línguas podem ter significação aproximada, porém jamais terão, à luz de Saussure, o mesmo valor. As relações de sentido segundo o autor (*cf.* Curso, p. 134) fazem parte de um sistema e só respondem pelo valor de signo dentro deste mesmo sistema. Assim, ao compararmos carneiro, em português, *mouton*, em francês e *sheep*, em inglês, não podemos afirmar que sejam equivalentes, pois se por um lado possuem uma significação aproximável, por outro os valores se mostram totalmente diferentes. A diferença é que em inglês encontramos os termos *mouton* para se referir à porção de carne preparada e servida, enquanto *sheep* se refere ao animal em si. Assim sendo, a diferença de valor entre tais termos deve-se às relações estabelecidas entre *sheep* e *mouton* e os demais signos componentes deste sistema lingüístico específico. Em português, a situação seria análoga à do francês: só possuímos o termo *carneiro* para nos referirmos tanto à porção de carne servida à mesa como ao animal em si.

Ao discutir a questão dos valores lingüísticos Saussure sugere, enfim, que os conceitos se constroem por meio de relações de sentido dentro de uma comunidade lingüística e que estes conceitos moldam, de igual modo, a nossa forma de entender e de interagir com a realidade. Com efeito, Saussure se mostra bastante contundente ao afirmar que “se as palavras estivessem encarregadas de representar os conceitos de antemão, cada uma delas teria, de uma língua para outra, correspondentes exatos para o sentido; *mas não ocorre assim*” (Curso, p.135, grifo nosso).

No que diz respeito, ainda, ao relativismo lingüístico, idéias semelhantes à de Saussure foram também defendidas por Edward Sapir (*apud* Wierzbicka 1992), o qual, em trecho muito citado, afirma o seguinte:

A língua é um guia para a 'realidade social'. Apesar de a língua não ser considerada como sendo de essencial interesse para os estudantes de uma ciência social, ela condiciona todo o nosso pensamento sobre problemas sociais e processos [...]. O problema da questão é que o 'mundo real' é, em grande parte, construído inconscientemente sobre os hábitos lingüísticos de um grupo. Duas línguas nunca são suficientemente semelhantes para serem consideradas como representando a mesma realidade social. O mundo no qual sociedades diferentes vivem são mundos distintos, e não simplesmente o mesmo mundo com rótulos diferentes atachados.

Sapir (1949:162)

Semelhantemente, nos diz Whorf (1956):

A língua (gem) não é meramente um instrumento reprodutor para dar voz às idéias, mas, antes, é o instrumento modelador de idéias, o programa e guia para a atividade mental do indivíduo, para a sua análise das impressões, para a sua síntese do seu estoque mental em ocupação... Nós dissecamos a natureza ao longo de linhas postas por nossa língua nativa. As categorias e tipos que isolamos do mundo dos fenômenos nós não encontramos lá porque eles olham para cada observador na face; ao contrário, o mundo é apresentado em um fluxo caleidoscópico de impressões as quais precisam ser organizadas por nossas mentes- e isto significa principalmente pelos sistemas lingüísticos em nossas mentes. Nós cortamos a natureza, a organizamos em conceitos, e atribuímos significações, basicamente porque somos grupos com um tratado de organizá-la desta forma- um tratado que acontece através da nossa comunidade discursiva e é codificado nos padrões da nossa língua. Tal tratado é, obviamente, implícito e não declarado, porém os seus termos são *absolutamente obrigatórios*: nós não podemos nos comunicar de forma alguma sem nos submetermos à organização e à classificação dos dados os quais o tratado decreta.

Whorf (1956: 213-14)

Há, ainda, aqueles estudiosos da língua que defendem um relativismo lingüístico parcial, ou seja, defendem que algum substrato universal pode ser separado da condição de uma língua particular, a despeito de sua relatividade cultural. A respeito disto, nos diz Humboldt (*apud*. Wierzbicka 1992: 5):

Certamente, um meio termo, ao redor do qual todas as línguas giram, pode ser procurado e realmente achado, e esse meio termo deve sempre permanecer em nossa mente no estudo comparativo das línguas, tanto na gramática como no léxico. Em ambos, há um número de coisas as quais podem ser determinadas completamente *a priori*, e as quais podem ser separadas das condições de uma língua particular. Por outro lado, há um grande número de conceitos, e também particularidades gramaticais, as quais são inextricavelmente entrelaçados na individualidade das línguas que eles não podem nem ficar suspensos entre as línguas na mera linha da percepção individual, nem podem ser transportados de uma língua para outra sem alteração.

Se por um lado o relativismo lingüístico já possuiu e ainda possui os seus adeptos, aqueles que o defendem veementemente e que se mostram contundentes ao afirmarem que a língua molda o pensamento, por outro há aqueles estudiosos que defendem um universalismo lingüístico e se mostram totalmente contrários a esse determinismo lingüístico radical. Pinker (1994: 56-7), por exemplo, critica veementemente o trabalho de Whorf ao afirmar o seguinte:

A idéia de que o pensamento é a mesma coisa que a língua (gem) é um exemplo do que podemos denominar de um absurdo convencional: uma declaração que vai contra todo o senso comum, mas na qual todos acreditam por se lembrarem

vagamente de a terem ouvido em algum lugar e porque há uma série de implicações.

Segundo Pinker (1994), é um “absurdo convencional” pensarmos que a língua(gem) molda o pensamento ou, da mesma sorte, que o pensamento e a língua(gem) são a mesma coisa. Segundo o autor, o pensamento é autônomo em relação às línguas do mundo. O que acontece é que o pensamento se dá em forma de linguagem, porém esta, em uma versão abstrata e puramente conceitual, seria anterior à cultura: seria uma *linguagem do pensamento*. O autor, fiel à sua filiação ao gerativismo, acredita que já nascemos com uma estrutura lingüística inerente a nós, um arcabouço conceitual anterior à língua(gem) e, portanto, universal, que nos predispõe para a aquisição de uma determinada língua. Ocorre que é apenas por meio de línguas “públicas” que podemos veicular tais conceitos e pensamentos abstratos. Não é, no entanto, por que nos falta determinada palavra em nosso sistema lingüístico para veicular um determinado conceito que seremos incapazes de possuí-lo. Adotando a perspectiva de Pinker, podemos ser levados a pensar que as relações de sentido são, em alguma medida importante, também universais.

Toda a polêmica em torno da dicotomia relativismo *versus* universalismo lingüístico parece ser legítima e também uma divisora de águas no que tange aos estudos lingüísticos. Entendemos, no entanto, que as discrepâncias de sentido provenientes do caráter não isomórfico dos sistemas conceptuais de diferentes línguas são um fato que não se pode desconsiderar independentemente da posição que se tome no debate em questão: inúmeras vezes uma língua não possui determinadas relações de sentido tal como as encontramos em outra língua, fazendo com que tenhamos que restringir ou ajustar muitos dos conceitos que necessitamos veicular quando passamos de uma para outra. Coerentemente com a visão pragmática geral aqui adotada, defendemos, de igual modo, a hipótese de que a cultura de fato impõe diferenças relevantes nos sistemas conceptuais das diferentes línguas. Em todo caso, seja qual for a posição dos muitos estudiosos da língua no debate universalismo *versus* relativismo, parece haver consenso de que *alguma* determinação lingüístico-cultural incide sobre as relações de sentido que se pode ali reconhecer.

Tendo discutido a questão das convergências e divergências conceptuais entre as línguas, resta-nos agora, antes de caracterizar as relações de sentido que



constituem o foco desta análise, dedicar algum espaço às convergências *formais* entre os léxicos do inglês e do português, abordando a questão das palavras cognatas.

### 3.2 A questão dos cognatos

Segundo Cintra (1998), palavras cognatas são definidas como “palavras de mesma origem e que têm forma semelhante e denotação idêntica ou equivalente”. Apresentam, segundo o autor, o que no ensino de línguas se costuma denominar transparência.

Caroll (1992, p. 94), em uma abordagem um pouco menos tradicional, define cognatos como sendo “elementos lexicais de línguas diferentes os quais são identificados por falantes bilingües como sendo algo parecido”. Caroll denomina a influência exercida pelos cognatos na aquisição de uma segunda língua de **emparelhamento de cognatos** (*cognate pairing*). Ainda, segundo ele, a semelhança fonológica entre um item lexical da língua-alvo e da língua materna do aprendiz faz com que o item oriundo da língua materna deste aprendiz seja ativado.

Entendemos que qualquer que sejam as manifestações da não isomorfia entre as línguas no plano das relações de sentido, elas sem dúvida serão particularmente sensíveis quando estiverem em jogo palavras cognatas, que podem, segundo Caroll (1994), ser **verdadeiros cognatos** (*inflation-inflação*), **falsos cognatos** (*eventually-eventualmente*), “**cognatos enganadores**” (*assault#assaltar* (levar propriedades pessoais de outrem)) e , ainda, **cognatos acidentais**, os quais, à luz de Caroll (1992), não possuem uma relação etimológica, mas possuem uma semelhança notável em termos de forma, como, por exemplo *juice* (suco em inglês) e *juicio* (julgamento em espanhol).

No caso dos cognatos falsos e sobretudo no dos enganadores, ocorrerão certamente discrepâncias nas relações de sentido mantidas pelas palavras em suas respectivas línguas, o que pode se mostrar muito relevante na nossa análise das redações de nossos aprendizes. Assim sendo, gostaríamos de voltar a nossa atenção principalmente para a questão dos cognatos enganadores e dos falsos cognatos, pois entendemos que tal reflexão despertará *insights* muito relevantes para a nossa futura análise.

### 3.2.1 A questão dos falsos cognatos e dos cognatos “enganadores”

Sem sombra de dúvida, os *falsos cognatos* ou, mais coloquialmente denominados, *falsos amigos* são a causa de inúmeras discrepâncias de sentido na produção de aprendizes de uma língua estrangeira. Tais discrepâncias, segundo Santos (1981, p. XIX), devem-se ao fato de que tais palavras são muito semelhantes no que tange à forma, porém diferem no que diz respeito ao significado. Assim, para usar um exemplo clássico, *actually* e *atualmente* são muito semelhantes no que tange à forma, porém seus significados são totalmente distintos (*actually* significa “na verdade” e não “atualmente” como muitos, erroneamente, pensam). Tais “falsos amigos” são causadores de inúmeras anomalias semânticas entre línguas distintas, causando por vezes problemas que até mesmo impedem o fluxo da comunicação. No entanto, não são somente os falsos cognatos os maiores responsáveis pelas discrepâncias de sentido entre línguas distintas. Com grande frequência nos deparamos com discrepâncias oriundas do uso de cognatos enganadores, os quais causam estranhezas que podem ser associadas à questão da não-isomorfia entre o português e o inglês. Tais cognatos, segundo Carroll (1992), são aqueles que são etimologicamente relacionados, mas cujos sentidos se sobrepõem apenas parcialmente. Assim, *medium* e *meio*, por exemplo, são cognatos enganadores, pois, se por um lado são etimologicamente relacionados, por outro os seus significados se sobrepõem apenas de forma parcial, uma vez que *medium* não significa *meio* enquanto parte central de algo, mas, sim, *meio* enquanto veiculador de algo, ou seja, “a forma pela qual informações e notícias são comunicadas às pessoas” (cf. Longman 1995, p. 887). A respeito de tais cognatos nos diz Pei (*apud.* Santos 1981):

Os cognatos enganadores constituem um dos mais eficazes blocos de tropeço no estudo de uma língua estrangeira.

É evidente que as discrepâncias de sentido causadas por esses cognatos “enganadores”, assim como pelos falsos, constituem um grande problema para os aprendizes de uma língua estrangeira (como no caso dos nossos). Isso ocorre porque, segundo Selinker (1994), o aprendiz fica durante um período significativo em um estágio que ele denomina interlíngua. Assim, desde o início da

aprendizagem da LE os aprendizes começam a expressar significados nesta. Para tanto, extraem informações da língua-alvo e as analisam à luz de seus conhecimentos da L1. Tal dependência da primeira língua é denominada por Gass & Selinker (1992) de *testagem de hipóteses*.

Ao aproveitar a informação da língua materna no uso de cognatos, o aprendiz pode tomar como isomórficas as redes de relações de sentido que caracterizam o termo cognato empregado, o que se mostra particularmente problemático no caso dos cognatos enganadores. Analisemos, a título de exemplo, uma sentença na qual ocorre uma discrepância de sentido causada por um cognato enganador. Tal sentença foi retirada de nosso corpus (cf. Anexo 1).

(89) The film talks about an **assassination** that happens between two friends which were fishing in a distant place.

No exemplo acima, o aprendiz utilizou *assassination* como tradução de *assassinato*. Porém, há, como ficará mais claro adiante, discrepâncias no modo como as duas línguas estabelecem relações de hiponímia com o hiperônimo relacionado ao ato de tirar a vida: em nossa língua materna utilizamos *assassinato* com a significação (ainda que parcial) de matar alguém deliberadamente, traiçoeiramente. No entanto, em inglês, *assassination* significa “matar alguém importante” (cf. Longman 1995, p. 65), geralmente de forma vinculada a questões políticas (comentário nosso). Assim, em inglês, temos em *assassination* um hipônimo de *tirar a vida*, mas cujo emprego impõe uma restrição semântica, diferentemente do que ocorre com o termo cognato *assassinar* em português.

Tendo refletido um pouco acerca da influência das palavras cognatas nas relações de sentido entre línguas distintas, principalmente entre o português e o inglês, acreditamos ter lançado um pouco de luz sobre alguns dos aspectos presentes nas manifestações da não isomorfia entre as relações de sentido pertencentes a essas duas línguas e poderemos, desta sorte, passar à explicitação, à luz de Cruse (1986) e Lyons (1990), das relações de sentido que consideramos as mais relevantes no que concerne ao caráter não isomórfico destas duas línguas.

### 3.3 As relações de sentido e a manifestação da não isomorfia

Passaremos, neste momento, a analisar e definir, à luz de Cruse (1986), Lyons (1990) e Saeed (2003), os diferentes tipos de relações de sentido que constituirão as nossas categorias de análise no capítulo subsequente.

Em conformidade com os nossos objetivos, exploraremos em cada caso situações nas quais a não-isomorfia entre as duas línguas em questão se faz evidente.

#### 3.3.1 Relações de contraste

O termo contraste é freqüentemente utilizado em teorias semânticas como a categoria geral que inclui elementos paradigmaticamente contrastantes (cf. Lyons, 1990, seção 9.1). À luz de Cruse (1986: 93), diz-se que esse tipo de relação ocorre quando há incompatibilidade entre dois itens lexicais. Assim nos diz o autor,

Dois itens lexicais X e Y são incompatíveis se a sentença do tipo A é f(X) puder acarretar a sentença paralela do tipo A não é f(Y).

Cruse (1986: 93)

O tipo de relação de incompatibilidade que configura contrastes semanticamente relevantes é aquele em que os termos contrastantes “são itens pertencentes a uma única classe superordenada”. (Cruse, 1986, p.93; Saeed, 2003, p. 68), tais como: *amarelo*, *azul* e *verde*, mas não *afixo* e *vulcão*. Isto equivale a dizer que a incompatibilidade (enquanto relação lexical) se baseia no contraste dentro da similaridade.

As relações de contraste se dão, nos termos de Lyons (1990), de duas formas: há contrastes não binários e binários, ou oposições. Entre os contrastes não-binários Lyons inclui aqueles em que a relação se dá *ciclicamente* (*conjunto dos ciclos*) ou *serialmente* quando há *escalas* (*conjunto das escalas*) ou *ranqueamentos semânticos*. Os contrastes binários, por sua vez, são aqueles que mantêm uma relação de oposição dicotômica. Eles se distinguem em subclasses que incluem: *opostos graduáveis*, *não-graduáveis*, *pares conversos* e *pares direcionais*, conforme explicitaremos mais adiante

### 3.3.1.1 Os contrastes não-binários

Conforme esclarece Lyons,

Há menos a dizer sobre os contrastes não-binários de sentido do que sobre a oposição. Parece evidente a existência desses contrastes, ainda que muitos contrastes aparentemente não-binários (por exemplo, os existentes entre cada uma das palavras do conjunto de cores e cada outro membro do conjunto) demonstrem ser, em última instância, analisáveis em termos de várias distinções binárias.

Lyons (1990: 232)

Para o autor, os contrastes não-binários possuem uma relação de sentido menos clara do que a oposição. Assim como Cruse, Lyons reforça que a relação de sentido existente entre os lexemas nos conjuntos de diversos membros, como, por exemplo, *Domingo, Segunda, Terça... Sábado* pode ser descrita como uma relação de incompatibilidade. De acordo com o autor, os tipos de ordenação nos conjuntos de contrastes não-binários ocorrem, conforme já exposto, serialmente ou ciclicamente.

Os conjuntos ordenados serialmente podem, por sua vez, ser divididos em: escalas ou ranqueamentos, conforme os elementos envolvidos sejam respectivamente *graduáveis* ou *não graduáveis*. Nas escalas graduáveis<sup>6</sup>, como *excelente-bom-regular-fraco-ruim-péssimo*, a incompatibilidade entre os itens lexicais se dá de forma pouco restrita, i.e., somente quando dois deles são contrastados em um contexto particular é que podemos dizer que são incompatíveis, como por exemplo: “Ela não é (apenas) **boa**\_\_ ela é **excelente**” (Lyons 1990:233). Já nos *ranqueamentos não graduáveis*, como *diretor-gerente-subgerente-etc.*, a relação de incompatibilidade entre os membros do conjunto se dá de forma mais restrita, na medida em que o sentido de qualquer dos lexemas envolvidos é determinado justamente por sua posição na hierarquia.

Os conjuntos denominados cíclicos definem-se em termos de sucessividade, em geral temporal, tais como *primavera-verão-outono-inverno*. Suas relações de contraste, ao contrário do que ocorre com as escalas e os ranqueamentos, não apresentam membros mais exteriores como: *excelente-*

---

<sup>6</sup> Cf. Lyons (1990: 233).

*péssimo* ou *general-soldado*; cada membro do conjunto é ordenado entre dois outros.

Como já se disse, segundo Lyons, a relação de incompatibilidade nos contrastes não-binários é muito menos precisa do que no caso da relação de oposição. No caso da oposição, a relação implica contradição lógica. Assim, segundo Lyons (1990, p.233), podemos dizer que *X é par* implica dizer que *X não é ímpar*. No entanto, se dissermos *X foi lá no Sábado*, isso não implica dizer que *X não foi lá no Domingo*.

Além de apontar a imprecisão dos contrastes não-binários, Lyons (1990:232-234) também salienta que apesar do fato de tais contrastes serem não-binários, eles parecem, inúmeras vezes, se dar em termos de várias distinções binárias. Isto, a nosso ver, ocorre especialmente quando, conforme expusemos anteriormente, eles apresentam opostos mais exteriores.

#### 3.3.1.1.1 Manifestações da não-isomorfia nas relações não binárias

Sendo o nosso objetivo atentar para o caráter não-isomórfico entre línguas distintas e, principalmente, entre o português e o inglês, passaremos, neste momento, a uma breve reflexão sobre alguns exemplos de contrastes não-binários entre essas duas línguas cuja não-isomorfia se faz evidente.

Os exemplos que muito chamam a nossa atenção são aqueles relacionados aos conjuntos cíclicos e aos ranqueamentos semânticos. Por exemplo, enquanto em inglês dividem-se as partes do dia em *morning-afternoon-dusk-evening-night-dawn*, em português o ciclo correspondente só possui quatro itens lexicais, ou seja, *manhã-tarde-noite-madrugada*. Podemos citar também como exemplos de não-isomorfia o ranqueamento semântico associado a hierarquias institucionais, por exemplo, dentro de um banco e dentro de uma universidade. Em um banco nos E.U.A., por exemplo, encontramos a seguinte nomenclatura: *manager- bank officer- bank teller-* etc. Por outro lado, em um banco no Brasil não encontramos uma hierarquia exatamente equivalente, havendo, por exemplo, *gerente-subgerente-chefe de serviço-tesoureiro, chefe de caixa-etc*. Com relação ao ranqueamento dentro de uma universidade, a não isomorfia também se faz evidente, pois encontramos, de instituição para instituição (inclusive no Brasil) diferentes nomenclaturas para especificar tal ranqueamento. Assim, por exemplo, em uma universidade estrangeira encontramos, como uma das possibilidades, o

seguinte ranqueamento: *Dean of College* (sometimes *Chancellor*) and *Professors* (*Full-time* and *Adjunct Faculty*), enquanto no Brasil possuímos outras formas de hierarquia, como por exemplo, *Reitor*, *Vice-Reitor* e *Professores* (*Professor Titular*, *Adjunto*, *Assistente*, *Visitante*).

A título de conclusão desta seção, gostaríamos apenas de acrescentar que, no que tange aos contrastes não-binários, não somente línguas distintas apresentam um caráter não isomórfico, mas, de igual modo, tal não-isomorfia também se mostra evidente entre variações de uma mesma língua. Assim, por exemplo, no que concerne aos ranqueamentos militares entre a marinha britânica e a americana, encontramos diferenças não só com relação à nomenclatura, mas também encontramos inúmeros níveis para os quais não há uma equivalência, consistindo, desta forma, casos de lacuna lexical (cf. Longman 1995, p. B4).

<b>Royal Navy</b>	<b>US Navy</b>
Admiral of the Fleet	Fleet Admiral
Admiral	Admiral
Vice-Admiral	Vice Admiral
Rear-Admiral	Rear Admiral
Commodore	Commodore
Captain	Captain
Commander	Commander
Lieutenant-Commander	Lieutenant Commander
Lieutenant	Lieutenant
Sub-Lieutenant	Lieutenant Junior Grade
Midshipman	Ensign
–	Chief Warrant Officer
–	Master Chief Petty Officer
–	Senior Chief Petty Officer
Chief Petty Officer	Chief Petty Officer
Petty Officer	Petty Officer First Class
–	Petty Officer Second Class
Leading Seaman	Petty Officer Third Class
Able Seaman	Seaman

Ordinary Seaman	Seaman Apprentice
Junior Seaman	Seaman Recruit

Percebemos que enquanto encontramos *Sub-Lieutenant* na Marinha Real, na Marinha Americana encontramos *Lieutenant Junior Grade*. De igual modo, *Midshipman* na Marinha Real tem o “equivalente” *Ensign* na Marinha Americana e muitas outras evidências da não-isomorfia se fazem evidente conforme mostram os asteriscos. Além da não-isomorfia no que concerne aos itens lexicais, percebemos no quadro acima lacunas lexicais, ou seja, enquanto encontramos ‘*Chief Warrant Officer*’, ‘*Master Chief Petty Officer*’, ‘*Senior Chief Petty Officer*’ e ‘*Petty Officer Second Class*’ na Marinha Americana, na Marinha Real tais titulações se fazem ausentes.

Finalmente, tendo explicitado o que entendemos por contrastes não-binários e tendo exposto algumas de suas manifestações de não-isomorfia, acreditamos que podemos, neste momento, passar àquilo que Cruse (1986) denomina de *relações de oposição*, enquanto Lyons (1990) denomina também de *contrastes binários*, os quais se distinguem dos contrastes não-binários justamente por envolverem pares dicotômicos, fazendo com que a idéia de oposição, conforme já dissemos, se dê de forma patente (cf. Cruse 1986: 261).

### 3.3.1.2 Contrastes binários – Oposições

No que tange às relações de oposição, tanto Cruse (1986, p. 197) quanto Lyons (1990, p. 219) concordam que tal relação de sentido é de extrema importância dentro dos princípios que governam a estrutura das línguas, sendo *antonímia* o rótulo mais difundido para caracterizar esse princípio.

Apesar do fato de a antonímia ser uma relação cuja importância já tenha sido reconhecida por muitos lingüistas, Lyons (1990, p. 219) observa que tal relação é apenas um dos casos possíveis de opositividade, termo mais preciso com que o autor caracteriza os contrastes binários de um modo geral.

Escrutinaremos a seguir os mais relevantes tipos de oposição, à luz de Cruse (1986) e Lyons (1990), explicitando em que tais relações consistem e atentando, em especial, para as manifestações da não-isomorfia referentes a tais oposições em inglês e outras línguas, com especial foco no português.



### 3.3.1.2.1 Tipos de oposição

Os tipos de oposição para os quais estaremos voltando a nossa atenção neste momento são: opostos complementares (opostos não graduáveis), antônimos (opostos graduáveis), pares conversos e pares direcionais.

#### 3.3.1.2.1.1 Opostos complementares ou pares não graduáveis

De acordo com Lyons,

Os opostos não graduáveis, quando empregues como expressões predicativas, dividem o universo-de-discurso (i.e., os objetos de quem podem ser predicado) em dois subconjuntos complementares. Decorre daí não só que a predicação de um elemento do par implica a predicação da negação do outro, mas também que a predicação da negação de qualquer deles implica a predicação do outro.

Lyons (1990:220)

Analogamente, segundo Cruse (1986, p. 198), o que caracteriza os opostos complementares, os quais geralmente são verbos ou adjetivos, é o que ele denomina de “domínio conceitual”, o qual é dividido em dois compartimentos mútuos. Desta forma, determinado aspecto semântico que se mostre ausente de determinado compartimento, necessariamente se encontrará presente no outro. Os pares *verdadeiro-falso* e *morto-vivo* ilustram a oposição complementar a que se referem Cruse e Lyons. *X está vivo* implica *X não está morto* e *X não está morto* implica *X está vivo*. É por conta da oposição entre esses itens que não podemos formar frases como *O Hamster não está vivo nem morto*. (cf. Cruse 1986, p. 199).

A anomalia semântica presente em frases desse tipo decorre do fato de que tais opostos são complementares e, portanto, segundo Lyons (1990, p. 220), são contraditórios. Somando-se ao fato de que os opostos complementares apresentam uma relação contraditória, segundo Lyons (1990, p. 220), tais opostos não podem ser graduados<sup>7</sup>, ou seja, não podem participar de estruturas comparativas. Segundo o teste proposto por Lyons, não diríamos, por exemplo, *X está tão morto como Y*. Isto decorre do fato de que exatamente porque esses opostos são contraditórios, eles dividem o universo do discurso. Desta sorte, a predicação de um elemento do par implica na predicação da negação do outro e vice-versa.

<sup>7</sup> Cf., no entanto, Cruse (1986, p. 202), em que ele defende que, geralmente, em um par de opostos não graduáveis um parece ser mais graduável do que o outro

Tendo, então explicitado o que, à luz de Cruse e Lyons, entendemos por opostos não graduáveis ou complementares, passaremos agora à explicitação dos opostos graduáveis ou antônimos.

### 3.3.1.2.1.2 Antônimos

Cruse (1986, p. 204) define as relações de antonímia ou antônimos como aqueles que compartilham das seguintes características:

- (i) são completamente graduáveis;
- (ii) os membros de um par denotam graus de alguma propriedade variável como por exemplo: extensão, velocidade, peso, acuidade, etc.
- (iii) quando mais intensificados, mais os pares se movem para pólos opostos de uma escala;
- (iv) não exaurem um domínio, ou seja, há escalas de valores entre os termos opostos aos quais eles não conseguem se referir. Assim, se algo está quente, não está frio. Porém, se algo não está quente, não necessariamente está frio, pode estar morno. Isto se dá ao fato de que tais opostos são apenas *contrários* e não *contraditórios*.

No que tange aos antônimos, Cruse (1986, p. 206) ainda acrescenta que eles podem se relacionar com o seu par por meios de duas relações básicas, as quais ele denomina de *pseudocomparativos* e *comparativos verdadeiros*<sup>8</sup>. Tais relações colocam os antônimos como pertencentes a três grupos: *antônimos polares*, *antônimos de sobreposição* e *antônimos equípolentes*<sup>9</sup>.

Os antônimos polares, segundo Cruse (1986: 208), são aqueles que são neutros, em termos avaliativos, e descritivos, em termos de objetividade, como: *longo-curto* e para os quais há um *pseudo-comparativo* que permite declarativas como: *O cabelo dela é curto, mas ainda é mais longo do que o da irmã* e *O*

<sup>8</sup> Cruse (1986) denomina de *pseudocomparativos* aqueles comparativos os quais não exercem uma comparação tendo em vista o grau máximo de determinada propriedade. Assim, por exemplo, *mais longo que* é um *pseudocomparativo* do adjetivo *longo*, pois não significa “longo” em termos de um nível máximo de comparação. Ao contrário, quando o grau máximo de determinada característica é enfatizado, como em *Hoje está mais quente do que ontem* temos um comparativo verdadeiro. Isso equivale a dizer que *mais quente que* é um comparativo verdadeiro do adjetivo *quente*, não permitindo, por esta razão, declarativas como *Está quente aqui dentro, mas ainda está mais frio do que lá fora* e vice-versa.

<sup>9</sup> Cf. Cruse (1986, p. 207) para maiores detalhes acerca dos três grupos de antônimos.

*cabelo dela é longo, mas ainda é mais curto do que o da irmã.* Os antônimos de sobreposição são aqueles que possuem uma polaridade avaliativa, sendo um positivo e outro negativo, como: *honesto- desonesto, seguro-perigoso* e apresentam um pseudo-comparativo apenas para um dos membros do par. Isto faz com que a primeira sentença pareça normal, mas não a segunda: *João é meio estúpido, mas ainda é mais esperto do que Pedro* e (\*)*Pedro é esperto, mas ainda é mais estúpido do que João.* Aqueles denominados de equípolentes são os que se referem a sensações subjetivas ou emoções, como: *feliz-triste, frio-quente* e para cujos pares não há *pseudo-comparativos*. Isto faz com que as sentenças a seguir não estejam dentro do domínio da normalidade: (\*) *Está quente hoje, mas ainda está mais frio do que ontem* e (\*) *Está frio hoje, mas ainda está mais quente do que ontem.*

Em sintonia com Cruse, Lyons (1990, p. 222) salienta o fato de que ao usarmos um antônimo graduável estamos, na verdade, a comparar algo implicitamente. Desta forma, ao dizermos ‘a nossa casa é grande’ estamos a compará-la, implicitamente, com outra casa cujo tamanho se mostra normal. Semelhantemente, ao dizermos ‘a nossa casa é maior’ estamos comparando-a, semi-explicitamente, a uma outra casa já mencionada anteriormente no contexto.

É interessante observarmos que, segundo Lyons (1990, p. 224), possivelmente “a antonímia apenas reflete a tendência humana de categorizar a experiência em contrastes dicotômicos”. No entanto, é interessante atentarmos para o fato de que, conforme explicitam Pietroforte e Lopes (2003), não existe oposição absoluta estabelecida por antônimos. Por esta razão, palavras diferentes podem possuir o mesmo antônimo se elas possuírem um sentido em comum, como, por exemplo: *sensual-frio* e *abrasador-frio*. Acreditamos que não será preciso reiterar aqui a importância (pelo menos parcial) exercida pelo contexto sobre essas relações de antonímia, pois as palavras de uma língua não ocorrem na maioria das vezes de forma isolada. Elas existem dentro de sentenças, enunciados e discursos. Assim, nos dizem os autores:

“Na frase Uma voz quente (= sensual, vibrante) deixa Maria gelada (= paralisada), os sentidos de” quente “e” gelada “fazem com que elas não sejam antônimos nesse contexto”.

Pietroforte e Lopes (2003:128).

Ao analisarmos o nosso corpus, ficou evidente não somente a não isomorfia dessas relações de antonímia entre o português e o inglês por motivos de restrição contextual, onde não podemos pensar em antônimos absolutos, mas também porque, conforme colocado por Odlin (1994), ao se mover entre um sistema lingüístico e outro os nossos aprendizes, na maioria das vezes, não se dão conta de que as relações de sentido não ocorrem de forma análoga entre uma língua e outra, gerando anomalias semânticas, conforme explicitaremos no decorrer do nosso trabalho.

### 3.3.1.2.1.3 Pares Conversos

De acordo com Cruse,

Uma classe importante de opostos consiste naqueles pares os quais expressam uma relação entre duas entidades pela especificação da direção de uma entidade em relação à outra ao longo de algum eixo.

Cruse (1986: 231)

Conforme exposto por Cruse (1986, p. 231), assim como por Lyons (1990, p. 227), definem-se pares conversos como aqueles que expressam uma relação entre duas entidades ao longo de um eixo. Em consonância com Cruse e Lyons, Saeed (2003: 67) define os pares conversos como sendo aqueles que “descrevem uma relação entre duas entidades de pontos de vista alternativos como em: *possuir-pertencer a, acima-abaxo e empregador-empregado*”.

À luz de Cruse, uma relação conversa pode ser expressa por meio de pares de verbos transitivos (nas formas ativa e passiva), tais como *preceder* e *seguir* (*C precede D* implica em dizer que *D segue-se a C* ou *é precedido por C*), nomes conversos, cuja relação é expressa pelo verbo ser e uma expressão que indique posse, tais como *X é o marido de Y* é uma proposição cuja conversa é expressa por *Y é mulher de X* (Lyons, 1990, p. 226) e, por último, por comparativos de antônimos polares, tais como: *A é maior do que B* acarreta a proposição *B é menor do que A*.

Por fim, gostaríamos de dar um destaque especial para o que Cruse (1986, p. 233-34) denomina de *conversos indiretos*, ou seja, conversos de três lugares. Segundo ele, uma relação conversa de três lugares é aquele cujos pares são expressos por pares de verbos transitivos diretos e indiretos como, por exemplo,

*dar-receber*. Assim, nessas relações conversivas indiretas haverá um sintagma nominal cuja relação se dá de forma mais central e um mais periférico e, portanto, não obrigatório. O exemplo abaixo ilustra tais pares conversivos indiretos:

- (1) Maria **deu** uma caixa a João.
- (2) João **recebeu** uma caixa de Maria.

No primeiro exemplo, a relação binária central expressa pelo verbo *dar* é entre *Maria* e *caixa*, sendo João um sintagma nominal mais periférico. No segundo, a relação binária central se dá entre *João* e *caixa*, sendo Maria o sintagma nominal periférico. Ainda, segundo Cruse, em tais relações o sintagma nominal central e periférico podem ser intercambiáveis por meio do uso devido do par conversivo indireto.

#### 3.3.1.2.1.4 Pares Direcionais

Saeed (2003; 67), explica os pares direcionais como “termos reversos”. Segundo ele, nesses casos “um termo descreve movimento em uma direção, →, e o outro o mesmo movimento na direção contrária, ←; como, por exemplo, os termos *empurrar-puxar*”.

Opostos direcionais são, à luz de Cruse (1986, p. 223), “a forma mais pura de se expressar a noção cotidiana de movimento contrário, ou seja, movimento em direções contrárias”. Ainda, segundo Cruse, não existem pares que denotem um movimento contrário puro, independente de contextos específicos ainda que alguns pares denotem uma oposição direcional mais autônoma, tais como *norte-sul*, *em cima-embaixo*. Isso se dá porque, de um modo geral, Cruse (1986, p. 223) sustenta que qualquer direção a partir de um ponto base precisa ser estabelecida com relação a uma segunda referência ou com relação à orientação de um objeto ou ao movimento de alguma entidade.

Lyons (1990, p. 227), à semelhança de Cruse (1986), ressalta que “os pares direcionais têm em comum o fato de que implicam em um movimento numa de duas direções opostas em relação a um dado lugar”. Assim, *subir-descer* e *ir-vir* constituem pares direcionais.

Após termos refletido um pouco sobre as diferentes relações de oposição, as quais, definitivamente, possuem o seu lugar nas relações de sentido manifestas em diferentes línguas, passaremos agora a considerá-las de uma forma geral, reprisaremos certas características formais e semânticas importantes para a discussão aqui proposta. Em seguida, explicitaremos possíveis situações de não-isomorfia referentes a relações de oposição.

### 3.3.1.2..2 Características formais e semânticas das oposições dicotômicas

À luz de Lyons (1990, p. 223) as oposições dicotômicas distinguem-se em *opostos morfologicamente relacionados*, como em *amigo-inimigo*, *formal-informal* e *opostos morfologicamente não relacionados*, tais como *casado-solteiro*, *bom-mau*. Mattoso Câmara (1981: 266), em uma explicitação mais detalhada, explica que os opostos dicotômicos se apresentam sob três aspectos diferentes: 1) “palavras de radicais diferentes; ex: *grande-pequeno*;” 2) “palavras de uma mesma raiz, numa das quais um prefixo negativo cria oposição com a raiz da outra, negando-lhe o semantema; ex: *feliz-infeliz*” e 3) “palavras de mesma raiz que se opõem pelos prefixos de significação contrária; ex: *introvertido-extrovertido*”.

No que tange às características semânticas, as oposições dicotômicas encontram-se coordenadas segundo aquilo que Malkiel (*apud*. Lyons: 1990, p. 223) denomina de binômios irreversíveis, ou seja, a tendência que o item considerado positivo apresenta de preceder aquele considerado *negativo*. Com base em tal asserção, temos: “*bom e mau*” e não “*mau e bom*”, “*alto e baixo*” e não “*baixo e alto*” e assim por diante, estabelecendo, desta sorte, uma *hierarquia de preferência semântica*.

Tendo explicitado em que consistem os contrastes binários, à luz de Cruse (1986) e Lyons (1990), vejamos agora algumas manifestações da não-isomorfia entre tais oposições tal como ocorrem em inglês e em outras línguas.

### 3.3.1.2..3 Manifestações da não-isomorfia

Podemos pensar em inúmeras manifestações de não-isomorfia envolvendo relações de oposição, conforme veremos a seguir. Sendo nossa preocupação maior neste capítulo estabelecer, à luz das nossas leituras, relações de sentido cuja não-

isomorfia entre o português e o inglês se fazem evidentes, estamos naturalmente priorizando o contraste entre essas duas línguas em detrimento de outras, sobre as quais não possuímos um domínio maior. Nesta seção, no entanto, foi necessário, em um determinado caso, recorrer também ao francês para ilustrar uma possibilidade de não-isomorfia cuja relevância parece transcender a circunstância de não termos encontrado um exemplo envolvendo as duas línguas em foco aqui.

No que tange às relações de oposição entre pares dicotômicos, uma manifestação da não-isomorfia liga-se à possibilidade de que, enquanto em uma língua tal oposição se dê lexicalmente, na outra ela seja realizada morfológicamente. Por exemplo, enquanto em inglês temos: *quiet-restless*, em português temos: *quieto-inquieto*. Outra possibilidade diz respeito à inexistência em uma língua de um par de itens lexicais opostos presentes em outra língua. Assim, em inglês encontramos *deep-shallow*, enquanto no francês encontramos *profound-peu profond*. No que diz respeito aos pares conversos, há a possibilidade de as relações estabelecidas serem assimétricas entre as línguas: enquanto possuímos, em inglês, por exemplo, os itens *parents-sons* (somente para filhos homens), em português encontramos *pais-filhos* (filhos homens e mulheres). A manifestação da não-isomorfia também se faz presente no que tange aos pares direcionais: em inglês encontramos, por exemplo, *here-there*; em português, tal relação entre os deíticos é mais detalhada, ou seja, encontramos *aqui-ali-lá*.

As oposições dicotômicas, por sua vez, também podem apresentar uma não-isomorfia relativa a dispositivos morfológicos cognatos envolvidos nas duas línguas. Em inglês, prefixos utilizados para expressar tal relação não condizem sempre de forma exata com aqueles supostamente cognatos utilizados no português. Assim, temos em inglês *interested-uninterested* (e não *disinterested*, que significa especificamente desinteressado em ganhar vantagens sobre algo). Porém, em português encontramos *interessado-desinteressado*.

Por último, porém não menos importante, no que tange à não-isomorfia entre as hierarquias semânticas (ou binômios irreversíveis) em uma língua e outra, gostaríamos de ressaltar que nem sempre o postulado por Lyons (1990, p. 223) parece ocorrer, pois, segundo ele, quando temos uma hierarquia semântica, o item lexical que carrega a carga semântica positiva sempre irá preceder aquele cuja carga semântica seja negativa. Assim, em inglês e em português, por exemplo, dizemos: *ups and downs* (*altos e baixos*), *good – bad* (*bom e mau*). No entanto,

enquanto em português dizemos *Procura-se vivo ou morto*, em inglês dizemos *Wanted dead or alive*<sup>10</sup>. Ao contrário do que Lyons diz, em inglês o membro do par que carrega a carga semântica negativa precede aquele que carrega a carga semântica positiva, evidenciando que, também nas hierarquias de preferência semântica, é possível detectarmos casos de uma relação não-isomórfica.

### 3.3.2 Relações de sinonímia

#### 3.3.2.1- Definição e problematização

Nos termos de Saeed (2003: 65), “sinônimos são palavras diferentes fonologicamente, mas que possuem os mesmos significados ou significados semelhantes”. Os seguintes pares ilustram a posição de Saeed: *couch/sofa*, *boy/lad* e *lawyer/attorney*.

Cruse (1986, p. 267), em uma definição mais técnica, explicita a sinonímia como sendo uma relação entre itens lexicais cujos sentidos são idênticos<sup>11</sup> em termos de suas características semânticas centrais. Porém, diferem no que diz respeito ao que Cruse descreve como características semânticas mínimas ou periféricas. Assim, nos diz o autor:

“X é uma sinonímia proposicional de Y se (i) X e Y forem sintaticamente idênticos, e (ii) qualquer sentença declarativa S contendo X possuir condições de verdade equivalentes a qualquer outra sentença S1, a qual é idêntica a S exceto pelo fato de que X é substituído por Y”.

(Cruse, 1986:88)

Se a sinonímia pode ser entendida como sendo uma relação entre itens lexicais cujos sentidos são idênticos em termos de aspectos semânticos centrais, no que tange àqueles aspectos mais periféricos, tal relação de sentido pode vir a apresentar diferenças de sentido. Segundo o autor, assim como se dá com a antonímia, as relações de sinonímia não são absolutas e inúmeras vezes somos

<sup>10</sup> Apesar de alguns estudiosos atribuírem uma carga semântica positiva ao item lexical ‘dead’ na expressão citada, não encontramos registros acerca de tal fato.

<sup>11</sup> Gostaríamos de deixar claro que estamos cientes, e concordamos, com o fato de que, à luz de Pietroforte e Lopes, não existem sinônimos perfeitos. Semelhantemente, à luz de Ullmann (1957), a sinonímia total é ocorrência extremamente rara, um luxo a que a linguagem dificilmente se dá.



levados a interpretar certos pares de palavras como sendo mais sinônimas do que outras. Isso se dá porque, segundo o autor, a linha divisória entre sinônimo e não sinônimo é muito vaga em inúmeros casos. Além dessa não trivialidade no que tange às relações de sinonímia, muitos dicionários só tornam o continuum entre tais relações ainda mais tênue, pois, novamente, apresentam as relações de sinonímia de forma isolada, descontextualizada. Segundo o próprio Cruse, inúmeras são as vezes em que dicionários colocam pares de palavras como sendo sinônimas, sem que a nossa intuição de falante nos confirme que tais pares não constituem sinônimos exatamente. É como se houvesse uma fronteira dividindo aquelas relações que se dão entre pares de palavras mais prototípicas de ocorrerem enquanto sinônimas e aquelas cujas relações se dão entre pares de não-sinônimos. Assim, à luz de Cruse, *violin e fiddle* são pares de palavras que, prototipicamente falando, co-ocorrem enquanto sinônimas. No entanto, *calvo e careca*, em português, apresentam uma relação de sinonímia mais periférica, ou seja, ao utilizar a sua intuição, o falante percebe que tais palavras não podem ser intercambiáveis em muitos dos diversos contextos nos quais elas ocorrem.

Ainda, com relação às relações de sinonímia, Pietroforte e Lopes (2003) postulam de forma menos técnica que dois termos são chamados de sinônimos simplesmente quando eles podem substituir um ao outro em determinado contexto. Porém, reiteram também o fato de que não existem sinônimos perfeitos. Isto se dá porque mesmo aquelas palavras que podem substituir-se em determinado contexto evocam condições discursivas onde o emprego destas pode se fazer diferente.

Um outro fator de igual importância é que, segundo os autores, o enunciador pode tornar sinônimas palavras que em outro contexto não o são. Da mesma maneira, tal enunciador tem o poder de, através do discurso, determinar aplicações específicas a palavras que em outro contexto seriam sinônimas. Assim, ilustra Teles (*apud*. Pietroforte e Lopes, 2003, p. 126) o emprego das palavras *belo*, *sublime* e *bonito*, as quais poderiam ser sinônimas em um outro contexto:

“O Belo decorre do equilíbrio resultante da perfeita combinação de todos os elementos esteticamente relevantes.

O Sublime nasce da exacerbação do Belo. Ele é alcançado, segundo Kant, quando ao Belo aliam-se elementos que trazem à consciência certa idéia de infinito. Há nesta categoria uma grandiosidade que ultrapassa a dimensão humana.

O Bonito é a forma diminuída do Belo; é o apoucamento do Belo. Não alcança a harmonia e a realização cabal deste”.

Vimos, então, que a diferença entre as palavras *belo*, *sublime* e *bonito* se fez no discurso e, segundo os autores, tal diferença também pode vir a se desfazer por meio dele.

Parece muito evidente que, devido ao que mencionamos acima, muitas podem ser as anomalias ou estranhamentos semânticos causados pela escolha de um sinônimo despreferido<sup>12</sup>. Desta forma, atentaremos, a seguir, para algumas situações nas quais o uso de um sinônimo despreferido faz toda a diferença, o que pode ser observado em *restrições colocacionais*.

### 3.3.2.2- Restrições Colocacionais

De acordo com Cruse, restrições colocacionais são:

restrições de co-ocorrências que são irrelevantes às condições de verdade- ou seja, aquelas a respeito das quais os itens lexicais podem diferir e ainda assim ser considerados sinonímias proposicionais.

Cruse (1986:279)

Ilustram a definição de Cruse as seguintes co-ocorrências, as quais foram retiradas de Scherer (2002: 69-70): *tomar decisões* e *dar uma palestra*.

Entretanto, apesar da definição de Cruse, vale ressaltar a observação feita por Lyons (*apud*. Scherer 2002), ao se referir aos primeiros estudos dessas relações por Firth (1957), na qual ele sustenta que a definição de colocabilidade é pouco clara. Isso se dá, segundo Scherer (2002), devido ao fato de que “apesar de a colocação ser um fenômeno reconhecido intuitivamente através de exemplos, as definições parecem vagas”. Guerreiro (2001: 2), citado por Scherer (2002), sustenta, por exemplo, que colocação ‘ “um tipo de coesão semântica”.

Conforme já dissemos anteriormente, Saeed (2003: 60) afirma que “as colocações podem passar por um processo de fossilização até tornarem-se expressões fixas”. Isto se dá pela maior rigidez de suas construções que, segundo Scherer (2002: 71), “possuem componentes raramente comutáveis e não aceitam intercalação de outros elementos”. Com base em tal asserção feita por Saeed, entendemos que, novamente, a definição de colocabilidade parece ser feita de forma imprecisa, ou seja, ela se dá, nos termos de Scherer (2002), “somente se

<sup>12</sup> Cf. Scherer (2002) sobre os sinônimos despreferidos

comparada às combinações livres, por um lado, e às expressões fixas, por outro, sem possibilidade, mesmo assim, de se delimitarem fronteiras claras”.

### 3.3.2.3 Manifestações da não isomorfia

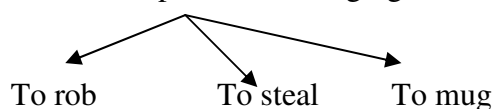
A manifestação da não-isomorfia no que diz respeito à sinonímia incide majoritariamente sobre restrições colocacionais e apresenta, sem sombras de dúvida, inúmeros problemas não somente para o falante nativo da língua, mas principalmente para o aprendiz desta língua enquanto uma língua estrangeira.

Inúmeros problemas de escolha lexical em uma determinada expressão emergem do fato de que as línguas como um todo, conforme explicitado por nós até o presente momento, possuem um não-isomorfismo considerável. Palavras que apresentam uma relação de sinonímia livre de restrições colocacionais em determinada língua não necessariamente reproduzirão tal relação entre palavras correspondentes em outra língua. Semelhantemente, inúmeros são os casos em que pares de itens lexicais normalmente não sinônimos sofrem aproximação semântica ocasional em determinada língua, sem que a mesma aproximação se verifique com termos correspondentes em outra língua. Tal fato leva o aprendiz, indubitavelmente, a uma escolha menos favorecida ao utilizar tal item. Por exemplo, enquanto em português podemos ter em um certo contexto a relação de sinonímia *frio* = *falso*, como em *nota fria*, em inglês temos o item lexical *cold*, que também significa *frio*, sem que, porém, possua uma relação de sinonímia com o termo *false*, tal como ocorre em português, em nenhum contexto discursivo – nem mesmo quando o aspecto figurativo estiver em questão. Semelhantemente, enquanto em português temos o item lexical *prato*, o qual se refere tanto àquilo que utilizamos para comer quanto à própria comida (cf. Aurélio 2004, p. 647), em inglês temos dois itens lexicais *plate* e *dish*, fazendo com que uma construção do tipo *The Manioc Gnoche with shrimp sauce is the best plate* fuja à normalidade por uma questão de restrição colocacional. Os itens *good-looking* e *beautiful* constituem também problemas para os aprendizes, pois enquanto em português temos apenas o item *bonito(a)*, o qual se refere tanto a pessoas como a objetos, em inglês temos *good-looking* utilizado para se referir a homens e mulheres, mas não a objetos, e *beautiful* utilizado para se referir a mulheres, crianças e coisas, mas não a homens (cf. Longman 1995, p. 99). Por fim, o caso de *great* e *big* se revela semelhante ao dos itens anteriormente mencionados, pois enquanto em português

temos *grande* significando “de tamanho, volumoso, bondoso, famoso, importante” (cf. Aurélio 2004, p.438), em inglês temos o item *great* significando importante, famoso (cf. Longman 1995, p. 623) e o item *big* se referindo a tamanho (cf. Longman 1995, p. 114)<sup>13</sup>.

Outro ponto importante envolvendo restrições colocacionais diz respeito diretamente à questão dos cognatos comentados anteriormente. É muito comum que palavras próximas no plano do significante sofram, conforme a língua, a incidência de restrições colocacionais não-isomórficas. Considerem-se, por exemplo, palavras *assaltar* e *roubar*, em português, e suas parentes *to assault* e *to rob*, em inglês. Em português, poderíamos considerar como tendo sentido aproximado as seguintes frases: *Minha mãe foi assaltada ontem* e *Minha mãe foi roubada ontem*. Em inglês, por outro lado, não podemos formar frases com *to assault* e *to rob* tais como aquelas com *assaltar* e *roubar*, pois *to assault*, diferentemente do português, é um cognato enganador que significa “o crime de atacar alguém de forma violenta” (cf. Longman 1995, p. 65). Já o conceito de *roubar* é expresso em inglês por uma relação de hiperonímia, que, como veremos no próximo capítulo, é bem diferente daquilo que encontramos em português, i.e., temos em inglês:

To take someone's personal belongings



Em tal relação de subordinação, enquanto *to rob* significa “roubar dinheiro ou propriedade de um banco, etc<sup>14</sup>.” *to steal* significa “tomar algo que pertence a outrem”. *To mug*, por último, significa “atacar e roubar bens de outrem em lugares públicos”, tais como: em um ônibus ou na rua. (cf. Longman 1995, pp. 1232, 1406, 934).

Tendo explicitado um pouco tal relação de subordinação, a qual subjaz às discrepâncias de sentido envolvendo as restrições colocacionais, acreditamos que podemos passar agora às relações de subordinação de forma mais abrangente.

<sup>13</sup> Estamos cientes do fato de que o item lexical ‘grande’ assume carga semântica diferente em português dependendo da posição na qual este estiver inserido na frase. Porém, como o nosso trabalho foca somente a questão semântica, tal fato sintático ficará subfocalizado.

<sup>14</sup> Estamos cientes de que *to rob* também pode ser utilizado com a significação de roubar algo de alguém. No entanto, não mencionamos tal fato acima por ele demandar uma mudança na estrutura da sentença como, por exemplo *She was robbed of her money*.

### 3.3.3 Relações de subordinação

Segundo Saeed (2003:68), relações de subordinação são, na verdade, taxonomias que “tipicamente apresentam uma estrutura hierárquica”.

Assim como ocorre com as relações de contraste e de sinonímia, a não isomorfia nas relações de subordinação também comparece de forma evidente no inglês e no português. No entanto, parece-nos necessário explicitar tais relações mais profundamente antes de passarmos para as manifestações da não isomorfia no que concerne a tais relações no inglês e no português. Com esse objetivo em mente, explicitaremos os seguintes tipos de relação de subordinação: *hiperonímia*, *meronímia*, *relações de grupo-membro* e *relações de substância-partícula* ou *massivos partitivos*.

#### 3.3.3.1 Tipos de subordinação

##### 3.3.3.1.1 Hiponímia e Hiperonímia

Sobre a hiponímia, Lyons diz o seguinte:

Não menos importante do que a oposição e o contraste como relações paradigmáticas de sentido, é a relação existente entre um lexema mais específico, ou subordinado, e um lexema mais geral ou superordenado [...].

Lyons (1990:235)

Com relação à hiperonímia, nos diz o autor:

O termo proposto para a relação inversa, obviamente baseado no grego, ‘hiperonímia’ é infelizmente demasiado parecido com ‘hiponímia’, prestando-se por isso a confusões.

Lyons (1990:235)

Conforme vemos, quando um lexema mais específico está ligado a um outro lexema mais geral por meios de uma relação de subordinação, tal como em *vacal animal*, *rosal flor* e *comprar/ obter*, tal lexema mais específico está na posição de hipônimo do lexema mais geral, o qual é o seu hiperônimo. Ainda, segundo Lyons (1990, p. 236), “quando existe uma relação de hiponímia entre nomes comuns, é possível inserir expressões sintaticamente apropriadas que os contenham em lugar de x e y, segundo a fórmula *x é um gênero de y* (onde x é um hipônimo de y)”. Desta sorte, podemos nos referir a *Spaniel* como um gênero de

*cachorro* e *cachorro*, por sua vez, como um gênero de *animal*. Assim, o teste sugerido pelo autor é ‘x é um gênero de y’ (onde x é um hipônimo de y).

Tais relações de hiponímia, à luz do exposto acima, poderão ser estabelecidas dentro do léxico como relações de hierarquia, as quais são representadas em árvores. Assim, segundo Cruse (1986, p. 136) os hiperônimos estarão nos nós mais altos e serão considerados “mother-nodes” e os seus hipônimos serão denominados de “sister-nodes”. Sobre tais relações de hierarquia, Cruse (1986, p. 123) assim como Pietroforte e Lopes (2003, p. 129) acrescentam que há uma relação entre significados englobantes e significados englobados. Desta forma, *animal*, por exemplo, é englobante dos significados *vaca*, *cavalo*, etc. Estes, por sua vez, possuem seus significados englobados.

No que diz respeito à transitividade da relação, Cruse (1986, p. 165) assegura que as relações de hiponímia são relações transitivas, pois, segundo ele, se um *Spaniel* é necessariamente um *cachorro* e se um *cachorro* é necessariamente um *animal*, isto equivale a dizer que um *Spaniel* é necessariamente um *animal*.

Tendo explicitado o que são as relações de hiponímia/ hiperonímia, passaremos agora a uma breve reflexão no que tange a outro tipo de relação de subordinação: a meronímia.

### 3.3.3.1.2 Meronímia

Segundo Cruse (1986:157), a meronímia é o segundo maior tipo de hierarquia lexical que pode ser representada em árvores. Segundo o autor, tal relação lexical se dá no que diz respeito à concepção de parte-todo. A parte, de acordo com a visão de Cruse, é geralmente delimitada de suas partes irmãs por aquilo que ele chama de “algum tipo de descontinuidade” (Cruse 1986: 159). Assim, as partes de um todo, o qual foi desmontado constituem a idéia de uma hierarquia lexical. Ainda, à luz do autor, há aquelas relações de meronímia que são consideradas mais prototípicas do que outras. Ilustra o postulado por Cruse (1986) a divisão do corpo humano, a qual, segundo ele, é a mais prototípica de todas.

A relação de meronímia não comparece de forma trivial e por vezes pode incluir casos em que a própria intuição do falante estabelece relações de parte-todo quando, na realidade, não se trata de tais relações, como em *uma esposa tem*

*um esposo*. Neste caso, apesar do modelo *Y tem um X*, não se trata, por questões óbvias, de uma relação de meronímia. Desta forma, com o intuito de evitar maiores complicações, Cruse (1986: 160) define meronímia de uma forma mais restrita e exclui, assim, casos de intuição por parte do falante. Segundo ele, uma relação de meronímia pode ser definida da seguinte forma:

“X é uma meronímia de Y se e somente se sentenças do tipo A Y possui Xs/ um X e um X é parte de Y forem aceitáveis/ normais quando os sintagmas nominais um X, e um Y forem interpretados genericamente”.

Cruse (1986:160)

Assim como se dá com as relações de hiponímia, as relações de meronímia também são representadas em árvores sendo os hiperônimos (itens superordenados) representados por nós mais altos dentro da estrutura hierárquica<sup>15</sup> e o teste proposto pelo autor para se detectar uma relação de meronímia é o citado acima. Tal teste dá lugar a frases como: *uma mão possui dedos e dedos são partes de uma mão*.

No que tange à transitividade, no entanto, Cruse (1986, p. 165) diz serem as relações de meronímia menos claras do que as relações de hiponímia, especialmente no que diz respeito às partes dentro das relações. Isto se dá, segundo Cruse, por algo que ele denomina de domínio funcional, o qual pode ser generalizado ou restrito. Isso pode ser ilustrado nos seguintes exemplos.

- (1) A camisa possui um colarinho.
- (2) O colarinho possui um botão.
- (3) A camisa possui um botão.

*Botão* possui um domínio funcional mais generalizado e por isso pode ser relacionado à camisa.

No entanto, o mesmo não se dá entre:

- (4) A casa possui uma porta.
- (5) A porta possui uma fechadura.
- (6) \*A casa possui uma fechadura.

<sup>15</sup> Cf. Cruse (1986, p. 157) para maiores detalhes a respeito da estrutura hierárquica das relações de meronímia.

Tal estranhamento ocorre porque, segundo Cruse, fechadura possui um domínio funcional mais restrito, o qual não pode ser transferido para nós mais altos dentro da hierarquia.

### 3.3.3.1.3 Membro- Grupo

Cruse (1986, p. 175) descreve relações de grupo-membro da seguinte forma:

Entidades tais como grupos, classes e coletivos se colocam em relações as quais se assemelham à meronímia com os seus elementos constituintes. Essas entidades são essencialmente coletivas, pois suas partes principais são elementos que por si sós, sob outro aspecto, são ‘todos’ independentes do tipo mais básico . Elas são menos integradas estruturalmente que objetos físicos típicos, e suas partes são freqüentemente menos diferenciadas também [...].

Conforme postulado por Cruse, relações de grupos são geralmente restritas às associações entre seres humanos. Assim, os termos *tribo*, *família*, *platéia* e *time* ilustram o postulado por ele.

À semelhança das relações de meronímia, as relações de **grupo-membro** também apresentam propriedades de partes e possuem alguma transitividade. Podemos, à luz de Cruse, elaborar as seguintes construções a partir do teste Um X é uma parte de um Y ou Um X possui Ys., pois os membros do grupo apresentam algumas propriedades de partes e, além disso, não são agrupados com base somente nos atributos os quais compartilham.

(1) Um jurado é parte de um júri.

(2) Um júri possui jurados.

No entanto, no que diz respeito às relações de **classe-membro**, construções como em 1 e 2 não seriam possíveis, pois a classe em questão não possui propriedades de partes e são agrupados somente com base nos atributos os quais compartilham.. Isto equivale dizer que as construções abaixo causam um certo estranhamento:

(3) ? Um proletariado é parte de uma classe trabalhadora.

(1) ? Uma classe trabalhadora possui proletariados.

Tal fato se dá pela distância entre tais relações e as relações de meronímia.



#### 3.3.3.1.4. Porção- massa

As relações de sentido estabelecidas por massivos e partitivos se dão quando, segundo Cruse (1986, p. 177), examinamos algumas substâncias minuciosamente, chegando, assim (tal como nas relações de meronímia) a suas partes. Desta maneira, podemos pensar em *areial grão*, *nevel floco*, *chuval gota*, etc. Segundo Cruse (1986) a relação substância-partícula é aquela que:

Acontece entre um substantivo massivo ‘todo’ e um substantivo contável ‘parte’:  
areia/sal: grão, neve: floco, chuva: gota, etc.

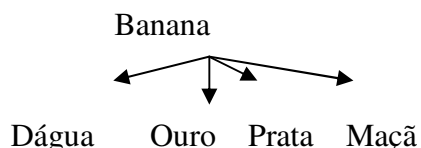
Cruse (1986: 177)

Levando-se em conta as diferentes maneiras nas quais as relações de parte-todo se dão em diferentes línguas, até mesmo pelo fato de que algo contável em determinada língua pode ser incontável em outra, podemos assumir que haverá manifestações da não isomorfia entre tais relações. Estaremos, neste momento, voltando a nossa atenção para mais algumas manifestações da não isomorfia entre algumas relações de subordinação tal como elas ocorrem em inglês e em outras línguas.

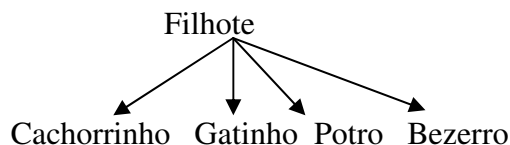
#### 3.3.3.2 Manifestação da não isomorfia

As relações de subordinação apresentam, conforme examinaremos a seguir, inúmeras ocorrências que comprovam a não-isomorfia entre línguas distintas.

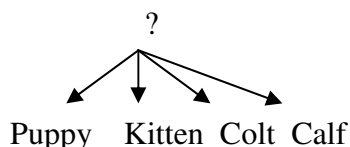
As relações de hiponímia são as primeiras instâncias em que a não-isomorfia entre o português e o inglês se faz evidente. Observe a relação de hiperonímia especificada abaixo:



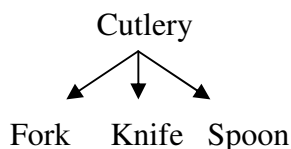
Enquanto em português temos inúmeros hipônimos para o item *banana*, em inglês tal relação não comparece, pois utilizamos apenas o item lexical *banana* de forma abrangente, não possuindo ele hipônimos. Podemos pensar também naquelas instâncias de não-isomorfia onde em que hipônimos não possuem um hiperônimo. Enquanto em português temos a relação:



Em inglês, tal relação comparece. Porém sem um hiperônimo explícito, conforme a árvore abaixo:



No que tange, ainda, às relações de hiperonímia, podemos pensar em instâncias em que certas *propriedades* dessas relações apresentam um caráter não-isomórfico. Assim, enquanto em português temos o hiperônimo talher, o qual é contável e se refere aos hipônimos garfo, faca e colher, em inglês tal relação se dá por um hiperônimo massivo, ou incontável conforme ilustrado abaixo:



No que concerne às relações de meronímia, um exemplo clássico da não-isomorfia se dá entre 'finger/ toe' e 'dedos' em português. Enquanto em inglês encontramos 'fingers' para dedos da mão e 'toes' para dedos do pé, em português encontramos apenas um item lexical, ou seja, 'dedos' para designar os dedos da mão e do pé.

As relações de grupo-membro também evidenciam a não-isomorfia entre elas em línguas distintas. Assim, enquanto em português possuímos a relação platéia-espectadores, em inglês tal relação não se dá, pois não há um item lexical que se refira, por exemplo, aos membros de uma *audience*, fazendo com que haja, nesse caso, uma lacuna lexical.

Por último, no que tange a relações de substância-partícula, gostaríamos de salientar que inúmeros são os problemas causados aos nossos aprendizes de inglês por aqueles itens lexicais que designam algo contável em determinada língua (cabelo) e incontável em outra ('hair') ou vice-versa, causando inúmeros

problemas aos nossos aprendizes. Alguns exemplos são: *A loaf of bread* (*Um pão*) e *A string of hair* (*Um cabelo*).

\* \* \*

Após termos escrutinado algumas das mais relevantes relações de contraste, sinonímia e subordinação e algumas das suas respectivas manifestações da não isomorfia entre línguas diferentes, acreditamos que estamos, neste momento, na posição de passarmos para a análise do nosso corpus, onde muitas dessas manifestações se farão evidentes.

\* \* \*